

**Comunicação  
do Senhor Governador  
à  
Comissão Especializada de Orçamento e Finanças  
sobre  
A situação e orientações relativas à Política Monetária e Cambial,  
seguidas em 2004**



**Banco de Cabo Verde**

## Índice

1 - Economia Cabo-Verdiana em 2004.....	3
1.1 - Enquadramento Externo.....	3
1.2 - Actividade Económica.....	3
1.3 - Preços.....	4
1.4 - Balança de Pagamentos.....	4
1.5 - Finanças Públicas.....	5
1.6 - Política Monetária, Taxas de Juro e Taxas de Câmbio .....	5
1.6.1 - Situação Monetária.....	5
1.6.2 - Mercado da Dívida Pública.....	6
1.6.3 - Taxas de Câmbio .....	6
2 - Evolução Económica no primeiro semestre de 2005.....	7
2.1 - Economia Internacional.....	7
2.2 - Actividade Económica.....	7
2.3 - Política Monetária .....	8
2.4 - Evolução dos Principais Agregados Monetários .....	8
3 - Previsão da Política Monetária para o Próximo Semestre .....	9
3.1 - Programa Monetário em Curso .....	10
Anexos .....	11

# 1. Economia Cabo-Verdiana em 2004

## 1.1 - Enquadramento Externo

Segundo as estimativas do Fundo Monetário Internacional, a conjuntura económica mundial em 2004 foi caracterizada por um desempenho favorável, com o produto mundial a crescer à taxa real de 5%, impulsionado, em grande medida, pelas evoluções positivas das economias industrializadas (particularmente a americana) e pelo excepcional crescimento de economias emergentes, especialmente da China.

A actividade económica internacional esteve, no entanto, condicionada pelas perturbações do mercado petrolífero, que culminaram com a subida de preços do petróleo acima dos 50 USD/barril no segundo semestre do ano, o que veio a reforçar os riscos de abrandamento da actividade global. O clima de instabilidade política e militar, que ainda vigora no Médio Oriente, igualmente restringiu a evolução da actividade mundial em 2004.

Em termos regionais, a economia americana continuou a liderar a recuperação económica mundial, crescendo à taxa de 4,4%. A análise dos *fundamentals* da economia japonesa aponta para uma retoma económica mais sustentável e para a dissipação da situação de deflação que o país enfrenta há alguns anos.

A área do Euro, por seu turno, ensaiou uma recuperação da sua actividade económica, que continuou extremamente dependente da procura externa. O PIB da Zona Euro cresceu a 2%, que compara à taxa de 0,6% verificado em 2003. Por sua vez, os mercados emergentes prosseguiram um ritmo de crescimento acelerado, principalmente a economia chinesa, alicerçado sobretudo no seu sector externo. O desempenho económico da China gerou efeitos positivos para outros países asiáticos e mercados exportadores de matéria-prima no geral. Ainda para os países em desenvolvimento, as estimativas do FMI apontam para um desempenho positivo, devendo a África, em particular, crescer à taxa de 4,5% (África Subsahariana 4,6%).

## 1.2 - Actividade económica nacional

As estimativas do Banco de Cabo Verde apontam para um crescimento da economia cabo-verdiana de 4.9% em termos reais, em 2004, após uma ligeira desaceleração registada em 2003, não obstante a evolução menos favorável do preço do petróleo e a política de contenção das despesas seguida pelo Governo. Para esta evolução, contribuiu positivamente a procura interna, particularmente as suas componentes consumo privado e investimento, já que ainda é fraca a relevância da procura externa, apesar da crescente importância das receitas do turismo na actividade económica.

O consumo privado cresceu 9,5% em 2004, recuperando face à ligeira desaceleração registada em 2003. O comportamento do consumo privado reflectiu o aumento das importações de bens de consumo, sobretudo de bens duradouros (12,7% no conjunto do ano), enquanto que os bens não duradouros registaram uma desaceleração no seu ritmo de crescimento. Por seu turno, o significativo aumento do investimento (que cresceu 4,6% em termos reais) reflectiu essencialmente o aumento do investimento em construção, bens de equipamento e materiais de transporte, a avaliar pela evolução das importações destes tipos de bens e pelas melhorias registadas nas vendas de cimento e de automóveis.

Importa ainda realçar que, em 2004, em particular a partir do 2º semestre do ano, registou-se um maior dinamismo da actividade económica, impulsionado principalmente pelo sector dos serviços, particularmente os subsectores Comércio e Turismo.

### **1.3 - Preços**

Em 2004, a taxa de inflação, medida através do Índice de Preços no Consumidor (IPC), apresentou uma queda acentuada, tanto em termos de variação média anual, como de variação homóloga, mantendo a tendência de desaceleração da inflação iniciada em Agosto de 2003. Não obstante os acréscimos dos preços dos combustíveis ocorridos nos meses de Junho e Novembro, registou-se, em termos médios anuais, uma inflação negativa na ordem de 1,9%.

Em termos globais, o comportamento do Índice de Preços no Consumidor reflectiu, no essencial, as variações de preços ocorridas na classe dos bens alimentares, cujo peso preponderante no cabaz continua determinando em grande medida a taxa de inflação no país, como atesta a evolução da inflação *core*<sup>1</sup>. No entanto, o aumento no preço dos combustíveis, ocorrido no mês de Junho, marca claramente uma inversão de tendência na variação mensal da taxa de inflação, com reflexos na taxa de variação média que decresce menos, comparativamente aos meses anteriores. Com efeito, os bens industriais energéticos apresentaram uma tendência marcadamente ascendente (taxa média anual de 5,2%), contrabalançando o impacto da inflação *core*, que apresenta uma tendência claramente deflacionária no ano (-2.1%) e um contributo negativo de 1,3%.

### **1.4 - Balança de Pagamentos**

A evolução favorável da balança de pagamentos no período traduziu-se numa melhoria substancial do défice estrutural da conta corrente, que passou a representar 6% em rácio do PIB, mantendo-se, pelo segundo ano consecutivo, abaixo dos dois dígitos. A evolução positiva registada na conta corrente resultou essencialmente do bom desempenho da balança de serviços (sobretudo os ligados ao turismo), que atingiu os 4,5% do PIB, face aos 1,6% do PIB em 2003, e da evolução das transferências correntes privadas, especialmente remessas das emigrantes, que cresceram à taxa de 11%.

Contrariamente às balanças de serviços e de transferências correntes, as balanças de bens e de rendimentos registaram comportamentos menos favoráveis, deteriorando em cerca de 4% e 18%, respectivamente.

O referido desempenho da balança de bens ficou a dever-se ao aumento do défice comercial de mercadorias, em 5,4% (embora a um ritmo menor, tendo em conta a evolução da procura interna), aliado à redução das reexportações de combustíveis (-0,6%), relacionada com a redução do fluxo de aeronaves no aeroporto internacional, o que igualmente originou um decréscimo das receitas líquidas dos serviços ligados ao apoio à navegação aérea.

---

<sup>1</sup> Taxa de inflação descontados os efeitos dos bens alimentares não transformados e bens industriais energéticos

Por seu turno, os fluxos financeiros entre Cabo Verde e o exterior saldaram-se por um excedente equivalente a 3,5% do PIB, traduzindo a redução das necessidades de financiamento da economia cabo-verdiana face ao exterior. Efectivamente, ao longo do ano em análise, registou-se uma evolução positiva do investimento directo estrangeiro (IDE) para o país, particularmente direccionado para o sub-sector do Turismo, o que também terá contribuído decisivamente para uma maior entrada líquida de capitais no país, tendo-se registado um aumento do fluxo do IDE de 34%.

O resultado combinado da evolução das balanças corrente e de capital possibilitou a redução das necessidades de financiamento da economia (de 6% do PIB para 4% do PIB) e favoreceu a acumulação de reservas externas que passaram a cobrir 2,4 meses de importação.

## **1.5 - Finanças Públicas**

Em 2004, a política orçamental seguida, traduzida na austeridade na aplicação de recursos e no alargamento da base tributária, resultou numa melhoria significativa do deficit público global (incluindo donativos), fruto não só do aumento nas receitas que reflecte, sobretudo, a introdução do IVA como também do aumento dos donativos, associado a uma redução nas despesas correntes.

Dados disponíveis apontam para um déficit público global, incluindo donativos, da ordem dos 1.125 milhões de escudos, representando 1,3% do PIB, contra os 3.285 milhões de escudos, 4,1% do PIB, registados em 2003. Para o financiamento do déficit, o Estado recorreu na sua maior parte a recursos externos, nomeadamente desembolsos de organismos multilaterais e apoio orçamental concedido por parceiros bilaterais. Por sua vez, o déficit primário, em percentagem do PIB, calculado excluindo as despesas líquidas com juros, reduziu-se 1,9 p.p., atingindo os 7,6% (9,5% em 2003).

## **1.6 - Política monetária, taxas de juro e taxas de câmbio**

### **1.6.1 - Situação monetária**

Em 2004, a política monetária continuou a ser orientada para o objectivo principal de manutenção da estabilidade de preços, visando garantir as condições para o crescimento a longo prazo e o reforço das reservas internacionais, num contexto de paridade do escudo cabo-verdiano ao euro.

Com efeito, a evolução positiva da conjuntura económica nacional, aliada ao reforço da credibilidade do país, traduzida na confiança dos doadores externos, permitiram que durante o ano findo houvesse um influxo importante de capitais, quer no quadro dos programas de ajuda orçamental ao país, contribuindo para o reforço da consolidação orçamental em curso, quer no quadro da política de atracção do investimento externo, o que se traduziu no reforço da posição externa líquida do país.

Na decorrência desta evolução, assistiu-se a um comportamento francamente positivo dos principais agregados monetários em 2004, particularmente das disponibilidades líquidas sobre o exterior, que cresceram excepcionalmente a uma taxa de 31,9%, em resultado da evolução positiva das disponibilidades líquidas sobre o exterior dos Bancos Comerciais, do total de activos externos do sistema e das Disponibilidades Líquidas do Banco Central (reservas cambiais e outras disponibilidades sobre o exterior).

Em igual período, o crédito interno líquido apresentou uma taxa de crescimento de 5,2%, reflectindo, fundamentalmente, o acréscimo observado no crédito à economia, em 9,3%, traduzindo o comportamento favorável das suas componentes, relativamente a 2003, nomeadamente do crédito à habitação (11%), do crédito à indústria transformadora (cerca de 26%) e do crédito ao comércio, restaurantes e hotéis (7%). Reflectindo a moderação do recurso ao financiamento bancário por parte do Estado, o Crédito ao Sector Público Administrativo apresentou um aumento de 0,48% face a 3,1% registado em 2003.

O aumento das disponibilidades líquidas sobre o exterior, conjuntamente com o crescimento do crédito interno, contribuiu para que a massa monetária aumentasse cerca de 10,5%, 2,8 p.p. acima do programado para o ano. Este desempenho favorável dos agregados monetários consubstanciou-se no cumprimento das metas imperativas contidas no Programa Crescimento e Redução da Pobreza (PRGF), acordado com o FMI.

Tais resultados, conjuntamente com o comportamento favorável das reservas, permitiram que a autoridade monetária aliviasse as condições monetárias em 2004. Neste contexto, no intuito de reduzir o custo de intermediação financeira e estimular a redução das taxas de juro por parte das instituições de crédito, o Banco Central baixou a taxa das disponibilidades mínimas de caixa, de 19% para 18%. De registar, no entanto, que o excedente de liquidez do sistema não afectou as taxas de juro activas e passivas, que permaneceram ao mesmo nível de 2003.

### **1.6.2 - Mercado da dívida pública**

No conjunto do ano, traduzindo uma menor necessidade de endividamento do Estado, o mercado da dívida pública caracterizou-se por emissões e utilização menos intensivas de Bilhetes de Tesouro, comparativamente ao ano anterior. Em resultado desta situação, as taxas de emissão e colocação dos BT acusaram decréscimos progressivos ao longo de 2004 para todos os prazos, situando-se, em média, à volta dos 5.5%.

Contrariamente à evolução do mercado dos BT, as taxas de colocação das OT aumentaram sucessivamente ao longo do ano, com a taxa média a fixar-se nos 7,5%, reflectindo em parte uma maior apetência dos investidores pelo segmento de mercado de maior prazo. Apesar desta mudança no perfil da dívida pública interna, com uma maior procura pelas OT, a taxa média de colocação decresceu em 1 p.p. relativamente ao ano anterior, devido essencialmente à diminuição das necessidades de financiamento do Estado.

### **1.6.3 - Taxas de Câmbio**

A evolução do escudo cabo-verdiano, num contexto de paridade fixa com o euro, reflectiu essencialmente o comportamento do dólar nos mercados cambiais internacionais, face às preocupações dos investidores com a sustentabilidade do déficite externo corrente norte americano, estimado em 5,7% do PIB. Nesta perspectiva, durante o ano de 2004, o índice da taxa de câmbio efectiva nominal (TEN) apresentou uma ligeira apreciação de 0,88%, em relação ao ano de 2003, reflectindo, fundamentalmente, a apreciação da moeda cabo-verdiana em relação ao dólar americano, em 8,5%. Por seu turno, o índice da taxa de câmbio efectiva real (TER) revelou uma depreciação de 3,1% em relação ao ano anterior, em resultado do comportamento favorável do índice de preços de Cabo Verde, que se traduziu num diferencial de preços positivo em relação aos principais parceiros comerciais.

## **2 - Evolução económica no primeiro semestre de 2005**

### **2.1 - Economia internacional**

Segundo previsões da agência de informação *Bloomberg*, a economia mundial cresce a taxas mais baixas do que em 2004, devido principalmente ao aperto das condições monetárias (subida das taxas de juro) nos EUA e ao alto preço do petróleo.

O crescimento económico dos EUA está um patamar mais próximo da taxa de expansão do PIB potencial, o que diminui a preocupação com a inflação, no que se refere à procura interna, enquanto que o da zona EURO está e continuará a estar baixo, devido à necessidade de reformas estruturais, problema que afecta também a economia japonesa. Os países emergentes, de forma geral, continuam bem, destacando-se a China e a Índia. O preço do petróleo continua beneficiando a Rússia.

Para Portugal, nas projecções de verão, o Banco de Portugal, reconhecendo o agravamento da situação económica, reviu em baixa a taxa de crescimento para o PIB de 1,6% para 1,5%. O desempenho da economia portuguesa nos primeiros três meses do ano, o conjunto de medidas de política orçamental destinadas a reequilibrar as contas públicas, bem como a acentuada degradação das contas externas, reflectindo não só a alta do preço do petróleo, mas também a perda de competitividade das exportações, estão na base desta revisão.

As maiores preocupações para a economia mundial são:

- A evolução dos déficits gémeos dos EUA e uma possível “bolha” no mercado de imóveis
- A disparidade de expansão entre regiões
- A volatilidade e os altos preços do petróleo
- A possibilidade de ruptura política em um dos grandes produtores de petróleo da OPEP
  - Arábia Saudita, Irão ou Venezuela

### **2.2 - Actividade económica nacional**

No primeiro semestre do ano, a avaliar pelo comportamento de alguns indicadores de formação bruta de capital fixo e de consumo privado, a actividade económica continua a acelerar-se para níveis superiores aos registados no ano de 2004, conforme as previsões iniciais do BCV, que apontam para um crescimento do PIB no intervalo de 6 a 6.5%. Da análise, em termos homólogos, dos dados da balança de pagamentos do mês de Junho, constata-se que, para a expansão da actividade económica, está subjacente o comportamento dinâmico da procura interna, a julgar pelo crescimento das importações de bens intermédios (17,5%) e de capital (na ordem dos 50%), bens esses considerados componentes principais do investimento, e de bens de consumo (6%), não obstante o abrandamento registado ao nível das exportações de bens.

A expansão da actividade económica no período em análise é visível na evolução do indicador de clima económico divulgado pelo INE. Desde meados de 2004, este indicador manteve uma trajetória ascendente, sugerindo a continuação da expansão da actividade económica para os restantes meses de 2005. No que respeita à evolução sectorial e, para o mesmo período, o comportamento dos indicadores dos sub-sectores da indústria, turismo e transportes revela o aumento da confiança dos empresários, reflectindo a apreciação dos mesmos relativamente à produção, e o aumento da carteira de encomendas e volume de negócios.



## 2.3 - Política Monetária

A avaliação feita pelo FMI, em Março de 2005, confirma que para o final de 2004 as metas quantitativas, acordadas no âmbito do PRGF, foram “todas cumpridas e com margens substanciais”, nomeadamente para as reservas externas líquidas e para o *ceiling* sobre a evolução do crédito líquido do sistema bancário ao Governo Central.

A evolução positiva dos principais agregados monetários, no último trimestre de 2004, em particular a acumulação das reservas internacionais do Banco de Cabo Verde, condição essencial para a defesa do *peg*, determinou que no início do ano o Banco de Cabo Verde começasse a tomar medidas com vista a afrouxar as condições monetárias. Assim, após uma primeira intervenção de baixa da taxa de disponibilidades mínimas de caixa de 19% para 18% em Dezembro de 2004, segue-se, em Fevereiro de 2005, a baixa da taxa de cedência de 8,5% para 7,5%. Em Março, o impacto conjugado destas duas medidas aparece reflectido na baixa das taxas médias de juro dos bancos comerciais. No mês de Junho, o Banco Central procedeu a nova redução do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa, que passou de 18% para 17%, sem impactos significativos ao nível da liquidez excedentária do sistema.

## 2.4 - Evolução dos principais Agregados Monetários

Em Junho de 2005, e relativamente a Dezembro de 2004, mantém-se a trajectória de evolução positiva dos principais agregados monetários, destacando-se o contínuo reforço das reservas internacionais líquidas do Banco de Cabo Verde, que crescem a uma taxa de 32,3%, traduzindo as entradas de divisas para o Estado e para projectos, bem como a evolução líquida positiva do mercado interbancário de divisas. Em termos absolutos, as reservas internacionais líquidas do BCV atingiram 14.945,6 milhões de escudos (134,5 milhões de euros), no final de Junho. Neste período, os Activos Externos Líquidos do sistema cresceram 34,1%, atingindo os 18.164,3 milhões de escudos, tendo contribuído para a evolução deste agregado o comportamento dos Activos Externos Líquidos do Banco de Cabo Verde (24,3%) e dos Activos Externos dos Bancos de Depósito (9,8%).

A massa monetária apresenta uma taxa de crescimento de 5,5%, reflectindo o comportamento positivo dos principais factores de criação monetária. Da análise das componentes da Massa Monetária, constata-se uma diminuição da circulação monetária (6,2%) e um aumento de 5,7% nos depósitos à ordem em moeda nacional. Por seu turno, os passivos quase monetários cresceram a uma taxa de 7,5%, relativamente a Dezembro, situando-se em 41.335,3 milhões de escudos em Junho (40.975,1 milhões de escudos em Maio), o que traduz a evolução positiva da generalidade das suas componentes, com destaque para os depósitos de emigrantes, os mais representativos no total dos passivos quase monetários, que cresceram a uma taxa de 4,4% em relação a Dezembro.

O Crédito Interno atingiu os 57.287,8 milhões de escudos em Junho, crescendo 1,42% em relação a Dezembro, em resultado da evolução conjugada do Crédito Líquido ao Governo Central (que diminuiu 0,6% e do Crédito à Economia, que cresceu 3,04%). Relativamente a Dezembro, a evolução do crédito à economia no período reflecte o peso predominante do crédito à Habitação (45,3% no total do crédito<sup>2</sup>), que cresce 2,7%. O crédito ao Comércio, Restaurantes e Hotéis, menos representativo no total do crédito (cerca de 11,1%) apresenta igualmente uma evolução positiva, com um crescimento de 7,9%, enquanto que o crédito à Indústria Transformadora (5%) e aos Serviços Sociais e Pessoais (14,3%) acusa variações negativas de 7,1% e 3,5%, respectivamente.

---

<sup>2</sup> Excluindo o crédito concedido pela CECV



No primeiro semestre de 2005 assiste-se a uma alteração no perfil temporal dos títulos da dívida pública, conduzindo a um maior peso da dívida de curto prazo. As taxas de colocação dos BT's, reflectindo a moderação ao recurso ao crédito bancário por parte do Sector Público Administrativo (SPA), mantiveram uma trajectória descendente ao longo do semestre, atingindo, em Junho, 4,25%, num contexto marcado por uma grande procura de títulos. O custo de financiamento dos títulos da dívida pública, medido pela média das taxas de juro das últimas 20 emissões colocadas no mercado, reduziu-se de 5,0850% para 4,9092%.

### **3 - Previsão da Política Monetária para o próximo semestre**

Para os próximos seis meses, os objectivos de política monetária continuarão a nortear-se pela estabilidade de preços e manutenção da estabilidade cambial. A execução da política monetária deverá, no entanto, estar condicionada pela evolução das principais variáveis de acompanhamento.

Num contexto de sinais crescentes de fortalecimento da actividade económica e manutenção da inflação *core* a um nível bastante baixo, o afrouxamento das condições monetárias por parte do Banco de Cabo Verde (redução das taxas das disponibilidades mínimas de caixa e da taxa da facilidade de cedência), e a liquidez daí resultante, no curto prazo, criaram condições favoráveis para acomodar maiores necessidades de financiamento da economia cabo-verdiana. Nesta circunstância, a postura da autoridade monetária será não intervencionista, consubstanciada no seguimento atento do comportamento do mercado aos estímulos gerados, nomeadamente no tocante a alteração nas taxas das operações passiva e activa, tendo em conta que as taxas de juro do instrumento privilegiado de aplicação dos bancos, os BT, estão a nível historicamente baixos. Uma eventual medida de intervenção do BCV passaria pela redução da taxa de facilidade de cedência.

Numa perspectiva de médio prazo, a autoridade monetária deverá continuar a prestar atenção a eventuais riscos, que poderão obrigar à revisão da sua actual postura, relacionados nomeadamente com:

- Afrouxamento na política de contenção orçamental, em consequência, nomeadamente, do aumento das despesas com salários da Administração Pública, das transferências para os municípios, institutos e serviços autónomos, bem como de subsídios a empresas;
- Instabilidade no mercado de petróleo e previsão da manutenção de preços altos para os próximos dois anos, significando que a economia poderá enfrentar um possível choque de petróleo;
- Oscilação da cotação Euro/Dólar devido ao seu impacto sobre a gestão de reservas.

A longo prazo, para uma economia aberta como a cabo-verdiana, o desempenho da economia real passa fundamentalmente pelo ritmo de realização de um conjunto de reformas estruturais, nomeadamente das Finanças Públicas, da Administração Pública, dos Sistemas de Pensões, do Mercado de Trabalho (Alteração do Código de Trabalho e Qualificação Profissional), das Infra-estruturas Económicas e do Quadro Institucional (formalidades, regulação, prevenção/resolução de conflitos), sem as quais não é possível criar as bases para o desenvolvimento da competitividade.

### 3.1 Programa Monetário em curso

Tendo em conta as perspectivas de evolução macroeconómica delineadas para 2005, o cenário de programação monetária definido pelo Banco de Cabo Verde resume-se em:

- A massa monetária crescerá cerca de 8%, 1 p.p. acima do inicialmente programado, em linha com o crescimento esperado para o PIB nominal, a julgar pela manutenção esperada do nível de velocidade de circulação da moeda em torno de 1,15.

- As reservas líquidas do sistema deverão crescer a uma taxa de 9% (8,2% inicialmente programado), reflectindo a evolução da actividade económica, sobretudo ao nível das exportações de bens e serviços, turismo e remessas de emigrantes, bem como o desembolso de recursos ligados a empréstimos externos afectos a programas de investimento e a donativos destinados ao financiamento de projectos e à ajuda alimentar.

O crédito interno crescerá a uma taxa de 5,7%, reflectindo uma diminuição das necessidades de financiamento do sector público administrativo (espera-se que em 2005, o crédito ao sector público administrativo decresça 2,1%) e um comportamento positivo do crédito à economia (12%).

## ANEXOS

## PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS 2002-2004

	Unidades	2002	2003	2004
<b>Sector Real</b>				
PIB real <sup>1</sup>	tv em %	5,5	4,7	4,9
Produto per Capita <sup>1</sup>	USD	1.410,8	1.802,4	2.045,5
IPC (Taxas de variação média)	tvm em %	1,9	1,2	-1,9
Taxa de Desemprego	tv em %	16,2	n.d.	n.d.
<b>Sector Monetário e Câmbial</b>				
Activo Externo Líquido do Sistema	tv em %	13,3	-7,7	31,9
Banco de Cabo Verde	tv em %	35,1	-6,3	32,3
Reservas Internacionais Líquidas BCV	tv em %	50,3	-2,0	38,2
Outros Activos Externos (líquidos)	tv em %	-65,1	-129,4	
Crédito Interno Líquido	tv em %	14,3	9,2	5,2
Massa Monetária (M2)	tv em %	14,8	8,7	10,5
Taxa de Câmbio Nominal CVE/USD	valores médios	117,3	97,8	88,7
Índice de Taxas de Câmbio Efectivas Nominal	1989=100 valores médios	82,0	103,3	104,2
Índice de Taxas de Câmbio Efectivas Real	1989=100 valores médios	101,6	99,4	97,6
<b>Sector Externo</b>				
Exportações Bens e Serviços	em % do PIB	31,6	30,6	31,4
Importações Bens e Serviços	em % do PIB	66,8	64,0	61,5
Défice Conta Corrente	em % do PIB	11,1	9,3	6,0
Dívida Externa Efectiva	em % do PIB	55,6	52,9	52,0
Serviços da Dívida <sup>2</sup>	em % do PIB	3,2	2,5	2,8
Dívida Externa / Export. de Bens e Serv.	em %	225,3	193,1	203,1
Reservas/Importações	meses	2,1	1,8	2,3
<b>Finanças Públicas</b>				
Receitas Totais (s/ donativos)	em % do PIB	19,9	21,0	22,3
Donativos	em % do PIB	5,5	5,4	6,3
Despesas Totais	em % do PIB	33,5	30,5	29,9
Défice Orçamental Global				
Excluindo Donativos	em % do PIB	10,5	-9,5	-7,6
Incluindo Donativos	em % do PIB	2,6	-4,1	-1,3

Fonte: Banco de Cabo Verde, Instituto Nacional de Estatística, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Ministério das Finanças, Fundo Monetário Internacional

<sup>1</sup>Estimativas Rápidas do Banco de Cabo Verde

<sup>2</sup>Inclui o pagamento de juros e capital

tv - taxa de variação

tvm - taxa de variação média

## BALANÇA DE PAGAMENTOS

milhões de CVE

	2004 <sup>Prov</sup>				1º trim 2005 <sup>Prov</sup>		
	1ºtrim	2ºtrim	3ºtrim	4ºtrim	Débito	Crédito	Saldo
<b>Balança Corrente</b>	<b>-881,3</b>	<b>-2.578,8</b>	<b>-1.399,9</b>	<b>-233,4</b>	<b>-12.838,5</b>	<b>11.299,9</b>	<b>-1.538,5</b>
Bens	-5.956,0	-7.715,2	-7.705,5	-7.993,9	-8.914,0	1.391,4	-7.522,6
Mercadorias Gerais	-6.689,0	-8.358,7	-8.501,8	-9.115,5	-8.743,6	38,1	-8.705,4
Bens para Transformação	161,4	110,3	1,8	314,5	-170,5	195,2	24,8
Outros Bens	571,7	533,3	794,5	807,2	0,0	1.158,1	1.158,1
Serviços	668,6	809,1	1.194,1	1.147,9	-2.583,9	2.845,0	261,1
Transportes Marítimos	-586,6	-555,8	-703,2	-764,6	-774,4	110,8	-663,6
Transportes Aéreos	616,8	872,1	615,1	800,5	-84,2	405,4	321,2
Viagens	628,1	327,4	1.061,1	792,1	-1.363,4	1.863,3	499,9
Viagens de Turismo	1.227,4	1.072,0	1.701,5	1.564,0	-775,5	1.759,0	983,5
Outros Serviços	10,3	165,3	221,0	319,9	-361,8	465,5	103,7
Rendimentos	-502,1	224,3	-501,8	-558,5	-408,1	420,3	12,2
Rendimentos de Trabalho	-3,3	-4,3	1,6	-9,1	-7,1	0,0	-7,1
Rendimentos de Investimento	-498,7	228,6	-503,3	-549,3	-401,1	420,3	19,2
Juros Outros Investimentos	-412,0	-318,4	-531,6	-553,0	-382,1	8,8	-373,4
Transferências Correntes	4.908,1	4.102,9	5.613,4	7.171,0	-932,4	6.643,2	5.710,8
Transferências Públicas	887,4	647,4	1.004,6	2.259,6	-14,1	883,0	868,9
Transferências Privadas	4.020,7	3.455,5	4.608,7	4.911,4	-918,3	5.760,2	4.841,9
Remessas de Emigrantes	2.236,8	2.286,4	2.908,1	2.591,5	-456,5	3.317,8	2.861,3
<b>Balança de Capital e de Op. Fin.</b>	<b>1.657,9</b>	<b>2.705,2</b>	<b>2.460,6</b>	<b>785,1</b>	<b>-52,9</b>	<b>1.370,6</b>	<b>1.317,7</b>
Transferências de Capital Públicas	460,8	442,2	417,0	308,8	0,0	43,0	43,0
Transferências de Capital Privadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Investimento Directo em Cabo Verde	116,8	821,5	406,3	467,6	0,0	334,1	334,1
Investimento de Carteira	0,0	0,0	0,0	0,0			
Outros Investimentos	1.080,3	1.441,5	1.637,3	8,7	-52,9	993,5	940,6
Activos	-38,8	564,5	-5,5	453,7	-52,9	0,0	-52,9
Moeda e Depósitos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Passivos	1.119,1	877,0	1.642,8	-445,0	0,0	993,5	993,5
Créditos Comerciais	186,5	19,0	81,4	-84,1	-160,9	0,0	-160,9
Empréstimos	353,0	315,6	391,2	-980,2	0,0	129,3	129,3
Moeda e Depósitos	579,6	542,4	1.170,1	619,4	0,0	870,3	870,3
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	154,8	154,8
<b>Erros e Omissões</b>	<b>-87,2</b>	<b>252,6</b>	<b>-217,1</b>	<b>781,9</b>			<b>-356,2</b>
<i>Por memória</i>							
Bal. Corrente + Bal. Capital Op. Fin	776,6	126,4	1.060,7	551,7			-220,8
Financiamento	-689,4	-379,0	-843,6	-1.333,6			717,4
Activos de Reserva	-695,37	-344,99	-896,74	-1.310,13			577,1

Fonte: BCV

## FINANCIAMENTO DO DÉFICE CORRENTE

	2002	2003	2004
Défice Corrente			
milhões de CVE	8.264,1	7.538,9	5.093,4
em percentagem do PIB	11,1	9,3	6,0
Financiamento	em percentagem		
Transferências de Capital (privadas e públicas)	19,1	27,5	32,0
Investimento Externo	17,1	17,9	35,6
Dívida Externa Pública (liq.)	14,5	19,2	15,3
Acumulação de atrasados da dívida		5,7	2,2
Depósitos de não residentes	49,3	29,7	15,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

## EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

	milhões de escudos		
	2002	2003	2004
Dívida Interna incl. TCMF	33.229,3	34.626,9	36.000,9
Sistema Bancário	27.146,1	28.134,9	28.522,8
Outros	6.083,2	6.492,0	7.478,1
Dívida Interna excl. TCMF	22.478,9	23.438,4	24.812,4
Dívida externa efectiva	40.777,5	43.583,7	44.105,8
Total da Dívida incl. TCMF	74.006,8	78.210,6	80.106,7
Total da Dívida excl. TCMF	63.256,4	67.022,1	68.918,2
<i>Por memória:</i>			
Depósitos do SPA	2.385,3	2.605,7	2.871,7
<b>Estrutura da Dívida</b>	(em % do PIB)		
Dívida interna	44,7	42,9	42,5
da qual: TCMF	14,5	13,9	13,2
Dívida externa efectiva	54,8	54,0	52,0
Total da Dívida	99,5	96,9	94,5
Taxas de crescimento			
Dívida Interna incl. TCMF	20,0	4,2	4,0
Dívida externa efectiva	-1,6	6,9	1,2

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde

## SINTESE MONETÁRIA

(Saldos em fim de período em milhões de escudos)

	Dez-04	Jan-05	Fev-05	Mar-05	Abr-05	Mai-05	Jun-05
<b>ACTIVO EXTERNO LIQUIDO</b>	<b>13.546,9</b>	<b>14.102,9</b>	<b>14.109,6</b>	<b>14.670,2</b>	<b>15.424,9</b>	<b>17.641,6</b>	<b>18.164,3</b>
<b>ACTIVO EXTERNO DE CURTO PRAZO (LIQUIDO)</b>	<b>14.062,4</b>	<b>14.605,1</b>	<b>14.748,8</b>	<b>15.866,5</b>	<b>16.665,4</b>	<b>18.880,1</b>	<b>19.589,9</b>
<b>Banco de Cabo Verde</b>	<b>10.698,2</b>	<b>10.789,5</b>	<b>10.979,8</b>	<b>11.302,8</b>	<b>12.193,5</b>	<b>13.676,2</b>	<b>13.984,4</b>
Reservas Internacionais (liquido)	11.295,7	11.398,8	11.746,8	12.069,6	12.966,3	14.448,4	14.945,6
Reservas Internacionais (bruto)	11.295,7	11.398,8	11.746,8	12.069,6	12.966,3	14.448,4	14.945,6
Outros activos externos (liquido)	-597,5	-609,3	-767,0	-766,8	-772,8	-772,2	-961,2
<b>Bancos Comerciais</b>	<b>2.848,7</b>	<b>3.313,4</b>	<b>3.129,8</b>	<b>3.367,4</b>	<b>3.231,4</b>	<b>3.965,4</b>	<b>4.179,9</b>
Activos externos de curto prazo ( liquido)	2.766,7	3.206,3	3.002,0	3.796,9	3.699,1	4.431,7	4.644,3
Outros activos externos (liquido)	82,0	107,1	127,8	-429,5	-467,7	-466,3	-464,4
Passivos externos de médio e longo prazo	208,2	204,4	204,4	761,2	802,6	802,6	803,6
<b>TRUST FUND</b>	<b>11.191,8</b>	<b>11.191,8</b>	<b>11.191,8</b>	<b>11.191,8</b>	<b>11.191,8</b>	<b>11.191,8</b>	<b>11.191,8</b>
<b>CREDITO INTERNO</b>	<b>56.488,4</b>	<b>56.472,2</b>	<b>56.642,7</b>	<b>56.837,4</b>	<b>56.724,0</b>	<b>56.200,6</b>	<b>57.287,8</b>
<b>Crédito líquido ao Sector Público Administrativo</b>	<b>24.853,3</b>	<b>24.568,9</b>	<b>24.508,3</b>	<b>24.640,0</b>	<b>24.662,5</b>	<b>24.067,2</b>	<b>24.704,8</b>
Crédito ao Governo Central	16.653,9	16.748,1	16.882,6	17.218,6	17.520,4	18.340,0	19.124,5
Crédito títulos consolidados de mob. Fin. - trust fund	11.038,1	11.038,1	11.038,1	11.038,1	11.038,2	11.038,2	11.038,2
Crédito aos Governos Locais	208,9	209,6	206,3	204,2	194,1	229,6	224,7
Outros Creditos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos ( inclui Governos Locais e INPS, IDA )	3.047,6	3.426,9	3.618,7	3.821,0	4.090,1	5.540,6	5.682,6
Depósitos de contrapartida de Trust Fund	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
<b>Crédito á Economia</b>	<b>31.591,4</b>	<b>31.861,4</b>	<b>32.101,0</b>	<b>32.164,8</b>	<b>32.030,2</b>	<b>32.102,6</b>	<b>32.552,2</b>
Créditos às Emp.Pub. n/Financeiras	161,0	226,9	339,6	381,2	388,3	372,7	372,3
Crédito ao Sector Privado <sup>1</sup>	31.430,4	31.634,5	31.761,4	31.783,6	31.641,9	31.729,9	32.179,9
<b>Crédito ás Instituições Financeiras n/Monetárias</b>	<b>43,7</b>	<b>41,9</b>	<b>33,5</b>	<b>32,6</b>	<b>31,3</b>	<b>30,8</b>	<b>30,8</b>
<b>OUTROS ACTIVOS LÍQUIDOS</b>	<b>-7.187,0</b>	<b>-7.354,2</b>	<b>-7.635,9</b>	<b>-7.611,8</b>	<b>-7.719,5</b>	<b>-8.233,9</b>	<b>-9.136,3</b>
<b>PASSIVO INTERNO</b>	<b>62.848,3</b>	<b>63.220,9</b>	<b>63.116,4</b>	<b>63.895,8</b>	<b>64.429,4</b>	<b>65.608,3</b>	<b>66.315,9</b>
<b>M2= A+B</b>	<b>62.848,3</b>	<b>63.220,9</b>	<b>63.116,4</b>	<b>63.895,8</b>	<b>64.429,4</b>	<b>65.608,3</b>	<b>66.315,9</b>
<b>A - PASSIVOS MONETARIOS</b>	<b>24.404,8</b>	<b>23.367,4</b>	<b>23.412,2</b>	<b>23.946,6</b>	<b>24.216,2</b>	<b>24.633,2</b>	<b>24.980,6</b>
Moeda em circulação	6.765,0	6.232,4	6.139,7	6.183,2	6.275,3	6.136,1	6.344,9
Depósitos á Ordem em M/N	17.639,8	17.135,0	17.272,5	17.763,4	17.940,9	18.497,1	18.635,7
<b>B - PASSIVOS QUASE MONETARIOS</b>	<b>38.443,5</b>	<b>39.853,5</b>	<b>39.704,2</b>	<b>39.949,2</b>	<b>40.213,2</b>	<b>40.975,1</b>	<b>41.335,3</b>
Depósitos de Poupança	1.885,2	1.886,4	1.919,0	1.956,2	1.993,2	2.042,0	2.080,9
Depósitos a prazo em M/N	10.906,9	11.318,0	11.405,8	11.573,7	11.405,6	11.635,4	11.465,6
Depósitos em divisas de residentes	1.699,4	2.039,0	1.759,3	1.743,8	2.097,1	1.967,8	2.146,0
Depósitos de emigrantes	22.500,3	22.823,6	22.961,2	23.129,3	23.044,8	23.355,3	23.492,0
A prazo em M/N	21.300,8	21.601,8	21.734,1	21.897,4	22.033,5	22.264,4	22.385,8
A prazo em M/E	885,8	886,2	912,1	916,8	914,2	932,8	952,0
A Ordem em M/E	93,3	115,2	94,6	94,7	97,1	158,1	154,2
Conta poupança caderneta - a ordem M/N	220,4	220,4	220,4	220,4	0,0	0,0	0,0
Cheques e Ordens a pagar	93,9	156,8	92,9	162,6	131,9	93,8	125,6
Depósitos para caução de operações	83,5	79,7	26,1	32,9	30,7	35,5	42,3
Acordos de recompra de Títulos	1.015,8	1.291,0	1.279,2	1.098,1	1.254,8	1.570,2	1.700,1
Outros quase depósitos	258,5	259,0	260,6	252,6	255,1	275,1	282,8

Fonte: Banco de Cabo Verde

<sup>1</sup>Inclui Empresas Mistas, Privadas e Particulares



## PROGRAMAÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS E DE CRÉDITOS PARA 2005

	(em milhões de CVE)					
	Realizado			Programado		
	Dez-04	Mar-05	Jun-05	Jun-05	Set-05	Dez-05
Activos Externos Líquidos do Sistema	13.787,30	14.670,20	18.164,30	15.041,00	15.001,00	15.024,53
Activos Externos do BCV (Líquido)	10.698,20	11.302,81	13.984,40	11.389,60	11.499,60	11.626,52
Reservas Internacionais Líq.	11.295,70	12.069,61	14.945,60	12.169,60	12.269,60	11.316,69
Outros Activos Externos (Liq.)	-597,50	-766,82	-961,20	-780,00	-770,00	-604,30
Activo Ext.Bancos. Comerc.(Liq.)	3.089,10	3.129,80	4.179,90	3.651,40	3.501,40	3.398,01
Activo Interno Líquido	49.061,10	49.225,63	48.151,50	49.265,88	50.503,52	52.851,74
Credito Interno líquido	57.323,47	56.837,43	57.287,80	58.465,88	59.134,52	60.595,35
Crédito líquido ao Sector Púb.Adm.	25.688,37	24.640,00	24.704,80	24.765,70	23.765,70	25.154,91
Crédito ao Governo Central	17.484,80	17.218,60	19.124,50	17.096,82	17.096,82	17.119,20
Crédito à Economia	31.591,40	32.164,83	32.552,20	33.663,18	35.331,82	35.397,94
Crédito às Emp. Púb n/ Financeiras	161,0	381,2	372,3	290,4	290,4	187,80
Crédito ao Sector Privado 1/	31.430,40	31.783,63	32.179,90	33.372,78	35.041,42	35.210,14
Crédito a Inst. Financ. n /Bancárias	43,70	32,60	30,80	37,00	37,00	42,50
Outros activos	-8.262,37	-7.611,80	-9.136,30	-9.200,00	-8.631,00	-7.743,61
Base monetária	18.467,20	19.360,10	20.117,90	18.639,91	18.846,48	19.376,53
Emissão Monetária	7.837,30	7.177,20	7.322,10	7.217,20	7.210,00	7.392,80
Reservas bancárias	10.629,90	12.182,90	12.795,80	11.422,71	11.636,48	11.983,73
M2	62.848,40	63.895,83	66.315,80	64.759,48	65.947,12	67.876,27

Fonte: Banco de Cabo Verde

### PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS

	2002	2003	2004	
	em % do PIB	em % do PIB	em % do PIB	Variação (p.p.)
Receitas Totais	30,9	26,4	28,5	2,1
Despesas Totais	33,5	30,5	29,9	-0,6
Saldo Global incluindo Donativos	-2,6	-4,1	-1,3	2,7
Componente Cíclica	0,4	-0,2	0,3	0,5
Saldo Ajustado das Flutuações Cíclicas (3)	-3	-3,9	-1,6	2,2
Saldo Global excluindo Donativos	-11,1	-9,5	-7,6	1,9
Saldo Primário	-8,7	-7,1	-5,4	1,7

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde

Nota: a componente cíclica do saldo orçamental foi calculada com base nas estimativas do PIB elaboradas pelo Banco de Cabo Verde